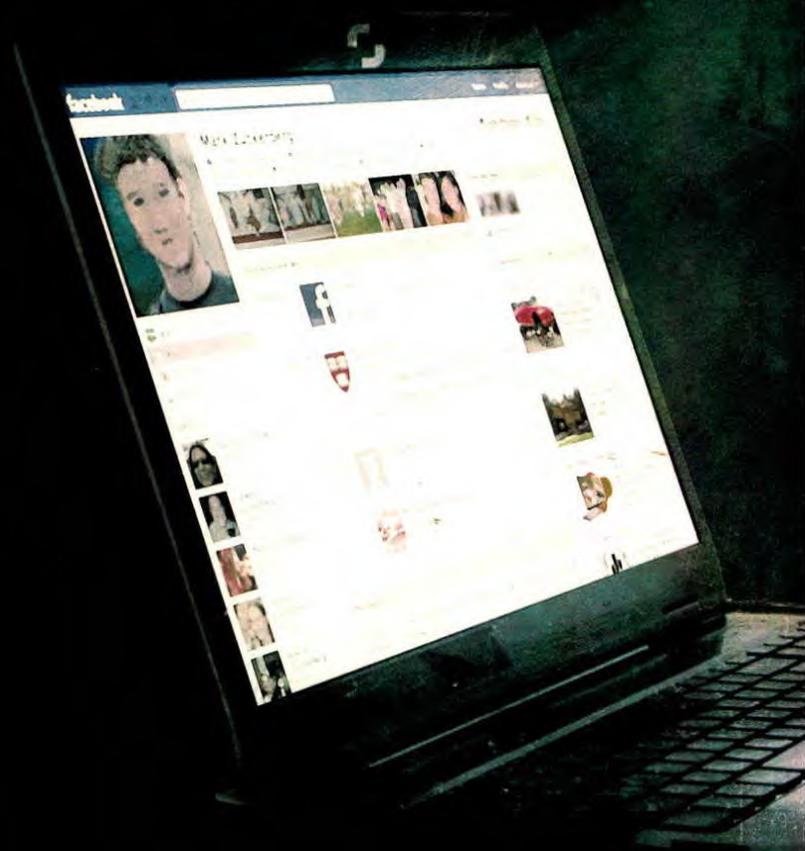


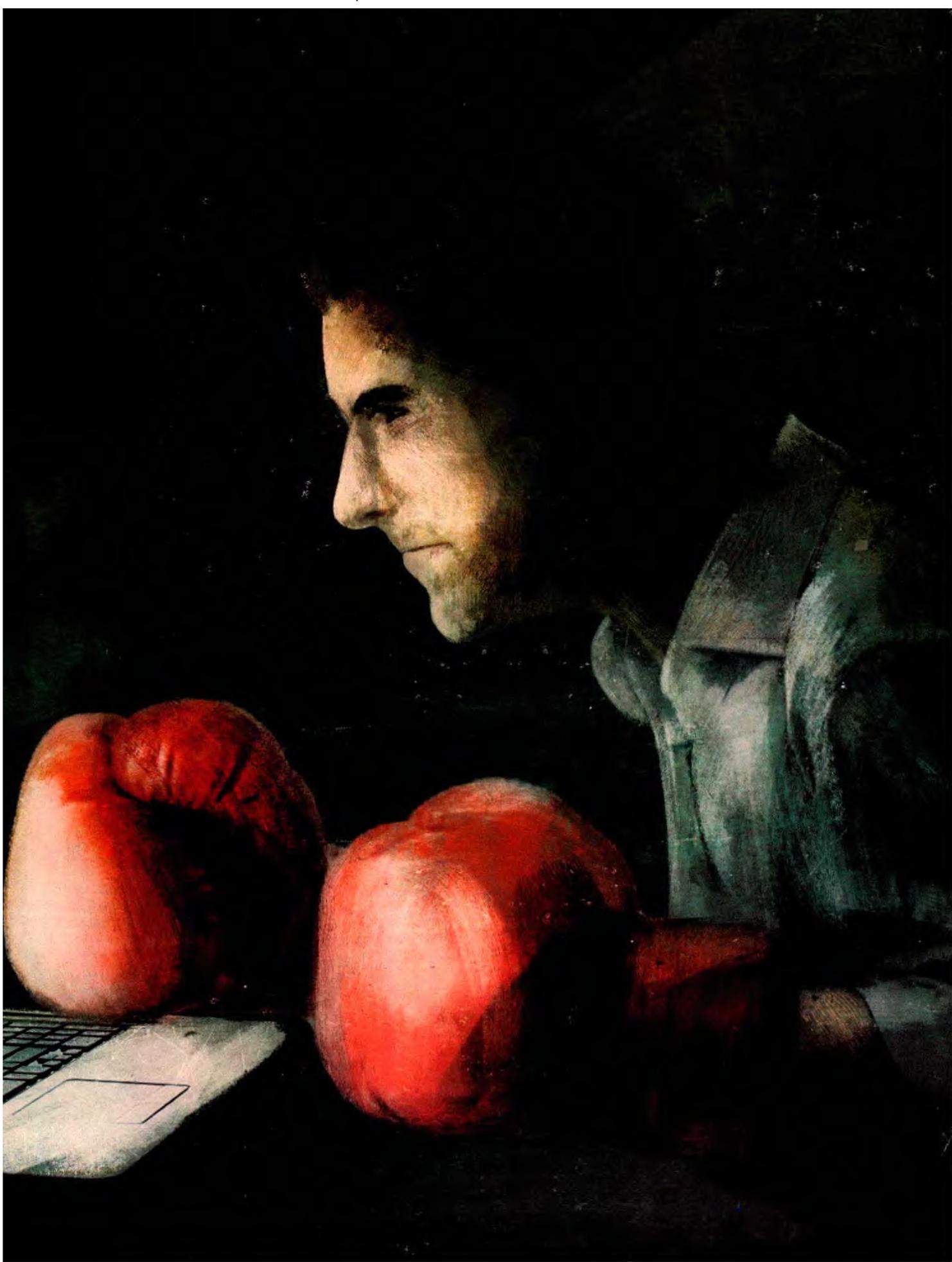


Odiar nas redes sociais

No mundo virtual, opiniões e comportamentos espontâneos tornam-se fósforos que acendem rastilhos de polémica. As redes sociais prestam-se ao protesto rápido e fácil

TEXTO CAROLINA REIS ILUSTRAÇÃO ALEX GOZBLAU





HI

há fortes probabilidades de este texto ser violentamente atacado na internet. O que não será uma novidade para os seus intervenientes. Pode ser que, depois de lido, seja considerado reacionário contra a democracia que as redes sociais trouxeram e dê direito a uns comentários menos simpáticos, insultos ou a uma página no Facebook com ameaças de tarefa. A facilidade da crítica na internet e a ideologia dos trolls — pessoas que agem com o único propósito de provocar — prolifera nas redes sociais. As duas coisas fazem parte daquilo que agora se começa a chamar de cultura do ódio na internet. É como se fosse um rastilho, embebido de sentimentos, que se vai alimentando de opiniões e atitudes no mundo virtual até explodir no real.

Tudo o que se publica na redes sociais está hoje amplificado perante uma audiência maior. E com ela vem um julgamento também maior, feito, muitas vezes, em grupo. O que faz aumentar o ódio e, já agora, o amor por quem escreve. Tanto se aplica com os posts feitos, de forma lúdica, num perfil pessoal como com os artigos de opinião promovidos pelo jornal onde se escreve.

O julgamento de palavras e ações é também mais rápido. Antigamente, se alguém discordasse de uma crónica de, por exemplo, João Miguel Tavares, no “Público”, teria de escrever uma carta ao diretor e não descarregar a discordância numa caixa de comentários mesmo em baixo do texto. O que levaria a parar para pensar no que ia escrever. Teria de começar com uma saudação — meu caro, por exemplo —, o que levaria a humanizá-lo. Era uma distância de tempo que se criava entre o ódio e a vontade de fazer acender o rastilho de uma bomba para explodir na cara de quem se discorda. Esse espaço temporal é como se alguém fosse deitando um pano de água em cima do tal rastilho, impedindo-o de explodir.

Agora é tudo muito mais direto e imediato. A barreira entre quem critica e quem é criticado começou a diluir-se até desaparecer com as redes sociais. “O acesso tornou toda a gente capaz de participar nestes debates. Mesmo antes das redes sociais, as rádios e televisões fizeram programas em que pediam a opinião aos ouvintes e telespetadores. As pessoas estão muito disponíveis para participar”, define Paulo Peixoto, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Todos se querem manifestar publicamente.

Foi o que aconteceu quando a *blogger* Filipa Xavier, autora do Fashion a Porter, revelou o seu desenho de consumo para 2013. Num vídeo publicitário em que Pepa, como é mais conhecida, participou

com outros colegas da blogoesfera, disse que um dos seus desejos era ter uma mala chanel 2.55 (cujo valor pode chegar aos cinco mil euros). “Fica bem com tudo, adorava ter uma”, dizia a jovem sem calcular o rastilho que as palavras acendiam. Os tempos eram de crise e as declarações tiveram resposta imediata, com comentários que iam da crítica ao insulto, grupos sarcásticos no Facebook (‘A Pepa quer uma mala’) e vídeos de humoristas. A marca que patrocinou o vídeo teve de o retirar da internet e emitir um pedido de desculpas. Pouco tempo depois a jovem deixou a blogoesfera.

No mesmo ano, Raquel Varela foi alvo de raiva semelhante. Num programa do “Prós e Contras”, confronto um jovem empreendedor de 16 anos que se orgulhava de estar a produzir uma linha de *t-shirts* a baixo custo. A historiadora perguntou-lhe se sabia quais eram as condições de trabalho de quem fazia as peças e acendeu novo rastilho nas redes sociais. Fustigada pela maioria, gerou artigos de opinião em jornais como o Expresso e o “Público” e posts em blogues políticos. A princípio ‘toda’ a comunidade achou que aquele era um ataque desnecessário, mas aos poucos surgiram algumas vozes discordantes, alegando que era boa a intenção de discutir os baixos salários. Raquel ficou conhecida como a ‘historiadora das pérolas’ (por usar um colar com estas joias), uma expressão para a relacionar com um estilo de vida burguês. A recusa de Ronaldo em trocar uma camisola com um jogador israelita teve um movimento semelhante; tal como a presença silenciosa da mulher de Pasos Coelho, então líder da oposição, num vídeo de Páscoa difundido no Facebook; assim como a sua assinatura (Pedro, o seu primeiro nome) num post na mesma rede social; ou o exercício físico da apresentadora Carolina Patrocínio durante a gravidez, que a obrigou a justificar-se na televisão.

Nesta realidade paralela que são as redes sociais — onde o tempo decorre de uma maneira mais acelerada do que no mundo real —, os casos têm sucedido uns atrás dos outros, quase sem deixar memória. Henrique Raposo, escritor e cronista do Expresso, já ‘protagonizou alguns’. Uma crónica sobre a greve dos enfermeiros, em 2010, valeu-lhe um grupo de protesto no Facebook em que membros da classe prometiam que nunca o atenderiam se ele chegasse a um hospital, fosse em que estado fosse, “nem que estivesse a morrer e coberto de sangue”. Outra crónica sobre os algarvios, em 2014, valeu-lhe outra enxurrada de comentários agressivos. O texto — intitulado ‘Os Algarvios’ — começava com críticas e, no entanto, terminava com elogios. A julgar pela sequência de posts de críticas e cartas abertas, a audiência só leu a primeira parte. “Estamos a perder para a cultura das redes. Os jornais vendem cada vez menos e as pessoas leem o que querem ler. No dia em que alguém escrever um texto a desconstruir o que escrevi, respondo. Mas as pessoas não querem pensar, querem sentir”, conta Henrique, que agora vive uma nova polémica, contudo, desta vez, os ofendidos são os açorianos. A história repete-se. O autor escreveu um texto no site do Expresso, no rescaldo das eleições regionais, em que questionava a independência dos eleitores insulares relacionando-a com a dependência económica do poder político.

Ainda só passaram 13 dias, porém no Facebook e no Twitter já lhe respondem com posts e cartas abertas. Uns mais educados do que outros. Uns

com vontade de contrapor e debater a ideia, outros com vontade de achincalhar e perseguir. Uns identificados, outros anónimos. E é aqui, nesta tênue fronteira, que o ódio na internet se divide entre o cidadão comum cheio de revolta e vontade de se manifestar (que levante a mão quem nunca propagou a irritação que o discurso de outra pessoa lhe provocou) e o troll (o tal anónimo cujo objetivo é perseguir, atacar e desestabilizar com o objetivo de causar o ruído e a ratura). “Uma coisa é alguém que está a discutir aquilo que nós escrevemos. Outra é quando pedem ao diretor do jornal, através de e-mails e cartas, para sermos despedidos. É aquele salto entre o não gosto e o devias ser despedido”, defende João Miguel Tavares. Apesar do ódio que recebe nas redes sociais, o jornalista e cronista não se sente uma vítima. “Não quero ser hipócrita. É também um reflexo do nosso sucesso. Se alguém sente necessidade de ir ao meu mural do Facebook [que é aberto] todos os dias dizer mal de mim isso também revela alguma importância. Há pessoas que odeiam odiar.” Do outro lado da ideologia política, Daniel Oliveira, que coleciona igualmente o seu rol de campanhas de ódios de estimação, concorda. “Pessoas como eu — figuras públicas — têm de estar preparadas para isto, senão não podem estar nas redes sociais.” A sua página de Facebook tem meio milhão de seguidores e mil pessoas bloqueadas. Aquele é o seu espaço, como se fosse a sua casa virtual, e não admite que lhe faltem o respeito. Mas também não perde a calma e compostura que o poderiam levar a responder na mesma moeda. “As redes sociais são um instrumento de trabalho. Escrevo para ser lido, divulgado.”

CAMPO DE BATALHA ONLINE

Tanto a opinião de Henrique como a de João e de Daniel é musculada e vinculada politicamente. Faz parte da vida de cronista. “Quem escreve tem de ter um papel agressivo. Está a interpretar e a dizer coisas em que acredita, que acha que é verdade”, frisa Henrique Raposo. Quem lê fica irritado e sente necessidade de expulsar a raiva, a rede social é a arma mais à mão. E torna-se também num campo de batalha entre os que odeiam um lado e para os que odeiam o outro, praticamente a defender que os rivais devem ficar silenciados. “Em História temos de ouvir todos os lados. A teoria do pensamento único e do bode expiatório é primária, mas é muito utilizada”, frisa a historiadora Irene Pimentel.

Há três anos, Daniel Oliveira escreveu numa crónica que “Zico”, o cão que matou uma criança em Beja, deveria ser abatido. Foi o fósforo no rastilho de uma bomba que explodiu na sua página de Facebook. Habituação a bloquear comentadores mais deselegantes, essa tornou-se uma tarefa impossível de gerir. Uma onda de comentários, relativamente organizados, irracionais atingiam-no sem parar. A sua opinião chegou a ser notícia em sites de defesa dos animais e foi criada uma página chamada ‘Nunca assinaria uma petição para salvar o colunista Daniel Oliveira’. Pode-se dizer que lhe desejaram o pior. “Continuei durante meses a receber insultos. Atingiu dimensões que nunca tinha assistido.” Nenhuma opinião política tinha provocado tanto ódio. “Até recusei ir à televisão. Não porque tivesse medo ou mudado de opinião, mas porque não valia a pena. As redes sociais prestam-se ao protesto em rede.”



“Antes das redes sociais, as rádios e televisões fizeram programas em que pediam a opinião. As pessoas estão muito disponíveis para participar”, diz o investigador Paulo Peixoto

Um episódio que se aproxima do ‘caso Alentejo’, provavelmente, o caso mais grave da história recente da internet em Portugal. Henrique Raposo escreveu um livro (“Alentejo Prometido”), editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, uma espécie de *road movie* familiar, em que volta àquela região através de histórias e memórias familiares. E em que fala de algumas características, como a pobreza, a violência doméstica e o suicídio. Antes do lançamento da obra foi a um programa da SIC Radical promovê-la. “As alentejanas antigas nem sequer têm a palavra violação para descrever muitos dos abusos que sofriam: ‘Ele chegou-se ao pé de mim e pronto’, disse no programa ‘Irritações’. Novo rastilho começou a pegar fogo, num ciclo vicioso em que os insultos só geravam mais ódio e insultos. Parecia que quanto mais se revoltavam, mais vontade tinham de o fazer, quase como se fosse impossível descarregar o ódio e a raiva. No Facebook foi criada a página ‘Henrique Raposo – O Inimigo Nº 1 do Algarve e do Alentejo’, que em poucas horas chegou aos 11 mil seguidores. Espalharam-se imagens de homens a queimar o livro, o local de lançamento teve de ser alterado e a editora pediu a presença da PSP.

Um livro tornou-se um caso de polícia ‘graças’ ao ódio que se espalhou pelas redes sociais. O autor respondeu, numa crónica do Expresso: “Sim, eu podia ter contextualizado melhor as histórias que contei; falar na TV não é o mesmo que escrever e, às vezes, não percebo isso. Mas, seja como for, nada justifica o ódio intermítico de milhares de pessoas que nem sequer leram o livro. Nada justifica a intifada, até porque ‘Alentejo Prometido’ não conta nenhuma novidade de fundo, apenas cruza uma história familiar (a minha) com três factos documentadíssimos da história do Alentejo.”

Um grupo de homens ainda interrompeu, por momentos, o lançamento com um cante alentejano, porém a explosão já estava a entrar na fase de rescaldo. “Também se esquece mais depressa”, lembra Paulo Peixoto. Ainda alguém se lembra – não vale ir ao Google – das razões da polémica entre José Cid e os transmontanos?

NOVO ESPAÇO PÚBLICO, NOVAS REGRAS

Esta explosão de ódio que o livro de Henrique Raposo provocou, quase como se estivéssemos a presenciar a *fatwa* de Salman Rushdie, ultrapassou a fronteira entre o ódio do cidadão comum e passou para o *troll*. Um movimento consistente e organizado com o intuito de desestabilizar, enfurecer, agredir e calar. Foi assim com a feminista Anita Sarkeesian, em 2012, que depois de ter lançado uma campanha de vídeos no YouTube recebeu ameaças de bomba nas conferências onde ia falar. E com o editor da delegação do “New York Times” em Washington que este ano teve de sair do Twitter, onde tinha 35 mil seguidores, por causa de comentários antissemitas. Mais ou menos na mesma altura, a escritora feminista Jessica Valenti deixou todas as redes sociais depois de ameaçarem violar a sua filha de cinco anos. As ameaças e acusações são organizadas e permanentes e alimentam-se da atenção que recebem de curiosos e dos *media*. Não há muito que se possa fazer para o evitar. Leslie Jones, uma das protagonistas de “Ghostbusters”, teve de enfrentar uma campanha de ódio por ter sido escolhida para o filme. Alguns fãs, zangados por serem quatro mulheres e não quatro homens os protagonistas, centraram as atenções na atriz afro-americana com insultos

raciais e sexistas. “Estava sozinha em casa e sentia-me armadilhada. Não sabia o que fazer. Chamava a polícia? E depois de ler coisas horríveis no Twitter, recebia e-mails a dizerem que me iam cortar a cabeça e fazer coisas que antigamente se faziam aos afro-americanos [usaram a palavra *nigger* (negro) que é considerada um insulto racial grave nos EUA]. Não estavam a expressar uma opinião. Estavam a querer meter-me medo”, disse numa declaração pública.

Cria-se um medo que passa do virtual para o real. “Há uma possível autocensura. Começa a haver receio, quando as pessoas começam a ser insultadas, a ser seguidas”, alerta Paulo Peixoto.

RISCO DE AUTOCENSURA

Se as manifestações como o desejo de uma mala cara ou a forma física de uma apresentadora durante o parto são comportamentos espontâneos e naturais, escritores, jornalistas e comentadores podem pensar duas vezes antes de emitir uma opinião. “O humor está a perder muito espaço, comparando com o que se fazia nos anos 70, 80 e 90”, diz Henrique Raposo. Talvez por isso tenha sido Ricardo Araújo Pereira uma das pessoas que mais defendeu o cronista do barril de pólvora que o seu livro se tornou.

Não se trata de uma censura, porque não tem um centro organizado de controlo e poder, mas tem alguns resquícios de comportamentos censórios. “É uma tendência antidemocrática, a de não dar a palavra às pessoas”, defende Irene Pimentel. Como se as redes sociais ignorassem a velha máxima: “Mesmo o meu inimigo tem o direito a falar.” Uma sondagem feita o ano passado, pela revista “Time”, revelava que 80% dos internautas tinham evitado discutir determinado assunto com medo das represálias *online*. E outros 80% consideravam a perseguição *online* algo normal. “Quando os sites são vencidos pelos *trolls*, eles tentam silenciar as vozes das mulheres, das etnias, das minorias religiosas, dos gays, de quem esteja mais vulnerável”, escreveu a revista sobre o assunto. “É preocupante o que se passa, mas é com métodos democráticos que nós calamos isto”, reforça Irene Pimentel.

Alexandre Martins, jornalista do “Público”, mantém uma página satírica aberta à comunidade e não se assusta com o efeito de eventuais más interpretações. A cultura de ódio que hoje vê na internet é a mesma cultura do amor que já existia (e ainda existe) fora dela. Só que nas redes sociais a indignação vem com quatro pontos de exclamação e é capaz de transformar um cidadão normal num *troll* momentâneo. “No fundo, a diferença é que antigamente as pessoas pensavam mais um bocado antes de escreverem exatamente as mesmas parvoíces que escrevem hoje. Mas é preciso separar o ódio da indignação justificada. Se uma pessoa escreve parvoíces, é normal que tenha de ler parvoíces.”

É um novo espaço público que se forma, com fraca mediação e em autorregulação. Os cidadãos têm de aprender a conviver dentro dele. As empresas que o possibilitam terão de conseguir estabelecer regras. “É o espaço público por excelência da sociedade em que vivemos. As pessoas precisam de ser educadas, estamos a aprender o que é aceitável do que não é”, frisa Paulo Peixoto. O desafio fica lançado. ●